

Ministro reage a Quaqué sobre 6x1: “A CLT não acabou”

Para Paulo Pereira, fim do modelo de trabalho fará trabalhador consumir mais

Por Rudolfo Lago

O novo ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Paulo Pereira, rebateu as declarações do prefeito de Maricá e um dos vice-presidentes do PT, Washington Quaqué, feitas com exclusividade ao Correio Bastidores, de Fernando Molica, criticando a defesa do fim da jornada de trabalho 6x1, aquela na qual o trabalhador trabalha seis dias por semana e descansa apenas um. Quaqué disse que o discurso do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em defesa do fim da jornada seria “demagogia” e não teria qualquer importância econômica nem “impacto no desenvolvimento nacional”. Para Quaqué, o governo deveria ter foco nas novas relações de trabalho.

“Quaqué um quadro importante da política fluminense e todo debate é bem-vindo. Mas o ponto de partida da sua argumentação, nesse caso, não para em pé”, rebateu o ministro. “É verdade que as formas de trabalho mudaram e essas mudanças não podem ser ignoradas. Mas a CLT ainda existe e regula as relações de trabalho



Divulgação

Paulo Pereira: CLT ainda rege trabalho da maioria das pessoas

da grande maioria dos brasileiros”, continuou Paulo Pereira, referindo-se à Consolidação das Leis de Trabalho, a legislação que regula os modelos formais de contratação.

Paulo Pereira deu as declarações no programa Bom Dia, Ministro, veiculado nesta terça-feira (28) pela Empresa Brasil de Comunicação. O Correio da Manhã participou do programa

e foi o responsável pela pergunta que confrontou o ministro ao prefeito de Maricá.

Base da pirâmide

O fim da jornada 6x1 tramita no Congresso a partir de duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) e um projeto de lei do poder Executivo.

Segundo Paulo Pereira, a mudança é especialmente im-

portante porque alcançaria principalmente a “base da pirâmide”, as camadas mais pobres da população. “E o prefeito Quaqué é especialmente preocupado com a situação social das pessoas”.

“Esses trabalhadores moram mais longe e dedicam mais tempo das suas vidas ao trabalho, e menos à família”, disse o ministro. “As pesquisas mostram que a grande maioria dos brasileiros é a favor da

mudança”, observa Paulo Pereira, o que indicaria, ao contrário do que disse Quaqué, que o assunto tem impacto importante na sociedade. “O debate é bom. Quaqué fez uma pontuação importante. Mas esse medo da mudança houve até quando acabou a escravidão, e economia brasileira avançou”.

Paulo Pereira acredita que a mudança ainda trará impactos positivos para a economia. “Os trabalhadores terão mais tempo para consumir. Terão mais tempo, caso queiram, para empreender ao mesmo tempo”, afirma. “Não tenho dúvidas que a mudança será benéfica e bem absorvida”.

O Correio da Manhã ainda perguntou ao ministro se haveria, na sua avaliação, a necessidade de se discutir eventuais compensações às empresas por um eventual aumento no custo do trabalho. Essa posição tem sido defendida pelo líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ).

“De uma forma geral, creio que não haverá essa necessidade”, respondeu Paulo Pereira. “Pode haver, porém, em algumas situações específicas”, ponderou. No caso, para o ministro, para pequenos empresários, que têm somente um ou dois funcionários. “Aí, podemos discutir compensações pontuais”, concluiu.

Câmara instala comissão especial hoje

Por Gabriela Gallo

A comissão especial que debaterá a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o fim da jornada de trabalho na escala 6X1, em que o empregado trabalha seis dias da semana e descansa um dia, será instalada nesta quarta-feira (29) às 14h. O presidente da comissão especial é o deputado federal Alencar Santana (PT-SP) e o relator da PEC será o deputado federal Leo Prates (Republicanos-BA). As informações foram confirmadas pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), em entrevista coletiva nesta terça-feira (28).

“É importante lembrar que essa mesma classe trabalhadora sai de casa, muitas das vezes, muito antes de se iniciar a sua jornada de trabalho. O trabalhador muitas vezes sai ainda de madrugada para chegar ao seu local de trabalho e quando volta para casa, muitas vezes chega muitas horas depois do final da sua jornada



Lula Marques/Agência Brasil.

Leo Prates será o relator do fim da escala 6x1

para poder ter o seu tempo de descanso. Nós imaginamos que com essa redução nós vamos aumentar a produtividade, porque o trabalhador estará muito mais disposto quando estiver em ambiente de trabalho para colaborar, para poder servir ao seu trabalho, para poder, de certa forma, desempenhar melhor a sua função”, destacou Hugo Motta.

Ele ainda reiterou que a Câmara tem se articulado para conversar com diversas fontes envolvidas na proposta (trabalhadores, empresários, autoridades dos poderes Legislativo e Judiciário) “para conceder à classe trabalhadora a redução da jornada de trabalho sem redução salarial”.

A comissão será composta de 38 membros titulares e 38 parlamentares suplentes. A proposta é que a comissão finalize as discussões sobre o tema até o final de maio. Considerando que as comissões especiais têm até 40 sessões para emitir o parecer final, os membros da comissão da 6X1 realizarão “duas ou três” reuniões por semana,

segundo Alencar Santana.

Questionado pela imprensa, o presidente da Câmara informou que não fechou um cronograma sobre o tema com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Contudo, os presidentes de ambas as Casas do Congresso Nacional permanecerão em contato para alinhar a tramitação da medida.

A comissão debaterá uma proposta que anexou duas PECs que reduzem a jornada de trabalho para trabalhadores de carteira assinada de 44 horas semanais para 36 horas semanais. A diferença é que a PEC 221/2019 estabelece um período de dez anos para adaptação da nova jornada de trabalho e a PEC 8/2025 determina que a mudança seja imediata. Na última semana a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara considerou que a proposta é constitucional. Agora, a comissão especial que analisará possíveis alterações no texto, período de adaptação caso a mudança seja aprovada e demais particularidades da medida.